



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

6 de dezembro de 2022

Ata da Ducentésima Septuagésima Terceira Sessão Ordinária

Às dezesseis horas do dia seis do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Nilton Franco e Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 774/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Pedro Geraldo Cunha de Aguiar”; Projeto de Lei número 775/2022, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “declara de Utilidade Pública a Associação Progresso de Ponte Alta do Tocantins”; proposta de Emenda Constitucional número 11/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera o art. 15 da Constituição do Estado do Tocantins e estabelece outras providências”; e Projeto de Resolução número 18/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera o artigo 11 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.” Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 773/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 774/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 775/2022, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; Proposta de Emenda Constitucional que recebeu o número 11/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres e Outros; e os Requerimentos que receberam os números 1.343 a 1.362. Logo após, o Senhor Presidente colocou



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

em votação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 1.378, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder de Governo, que requer dispensa de todos os interstícios e formalidades regimentais para a inclusão dos Projetos de Lei de autoria do Senhor Governador do Estado número 30/2022, 31/2022 e 32/2022, na Ordem do Dia da presente Sessão, bem como a convocação de Sessões Extraordinárias, nos termos do art. 80, §1º, para discussão e votação dos Projetos de Lei de autoria do Senhor Governador do Estado, números 17, 22, 30, 31, 32/2022; Projeto de Lei número 2/2022, de autoria do Tribunal de Justiça; e Projetos de Lei de autoria dos Senhores Deputados, números 192/2022, 204/2019, 369/201 (anexado ao PL 532/2021), 4/2020, 141/2020, 187/2020, 218/2020, 245/2020, 280/2020, 314/2021, 387/2021 (anexado ao PL 404/2021), 438/2021 (anexado ao PL 423/2021), 518/2021, 549/2021, 559/2021, 586/2022, 616/2022, 617/2022, 639/2022, 656/2022, 664/2022, 682/2022, 683/2022, 686/2022, 710/2022, 714/2022 e 717/2022, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 17/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca, e adota outras providências”; 22/2022, de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

autoria do Senhor Governador do Estado, que “homologa termo de acordo definidor de divisa territorial celebrado entre os Estados do Tocantins e da Bahia, com a interveniência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”; 30/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera dispositivos da Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins”; 31/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade dos produtos primários resultantes da extração mineral”; 32/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.617, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Fundo Estadual de Transporte – FET, e adota outras providências”; 2/2022, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “autoriza o Poder Judiciário a doar área de terreno urbano e respectivas acessões ao Município de Talismã – Tocantins”; 4/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos de natureza comercial como bares, boate, rodoviárias, ônibus interestaduais e similares, afixarem em locais visíveis, placas de advertência, para evitar ação conhecida como “Boa Noite Cinderela e/ou Bebida Batizada” e dá outras providências”; 639/2022, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “concede Título de Cidadão



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Tocantinense a Kledson de Moura Lima”; 559/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos Postos Estaduais de Distribuição de Medicamentos realizarem cadastro de celular de pacientes para previamente informar aos usuários acerca da disponibilidade de medicamento para sua retirada”; 387/2021, anexado ao Projeto de Lei número 406/2021, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias e Coautor o Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “atribui nome à TO_247, no trecho que liga os municípios de Lagoa do Tocantins a São Felix-TO”; 187/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “determina que as instituições públicas e privadas de ensino, no âmbito do Estado do Tocantins, forneçam diploma em *braile* para alunos com deficiência visual”; 245/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as vítimas de estupro, do sexo feminino, incluindo crianças e adolescentes, sejam periciadas por legista mulher”; 369/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos do Estudante Atleta”, que deu origem ao Processo número 450/2019; 218/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 280/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

“dispõe sobre a informação, apoio e acolhimento às gestantes e parturientes durante endemia, epidemias ou pandemias”; 518/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “altera a Lei número 3.756, de 4 de janeiro de 2021”; 438/2021, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, apensado ao Projeto de Lei número 423/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o Banco de Dados de Reconhecimento Facial e Digital para Prevenção ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 616/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elfas”; 617/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a apresentação da Bandeira do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 682/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Reinaldo Martini”; 683/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro à Senhora Débora Simony da Silva Oliveira”; 532/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, apensado ao Projeto de Lei número 236/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “proíbe instituições financeiras no âmbito do Estado do Tocantins de ofertar e celebrar



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

contrato de empréstimo financeiro com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo 276/2019; 586/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a realização de testes de aptidão física em concurso público”; 664/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a Lei número 2.692, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as gratificações dos servidores da Saúde, e adota outras providências”; 686/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura e estabelecimentos comerciais de vendas no varejo e no atacado – que já possuam Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) fornecerem atendimento telefônico gratuito a seus clientes”; 192/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “proíbe emprego de substâncias ou medicamentos em animais destinados a competições, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 225/2019; 204/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a proibição do fornecimento, uso e distribuição, gratuita ou onerosa de canudos plásticos feitos de polipropileno, poliestireno ou quaisquer outros materiais não-biodegradáveis, nos locais em que especifica, em todo território estadual, e dá outras providências”, que deu origem



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

ao Processo número 238/2019; 314/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Francisco Aires Gomes dos Santos”; 141/2020, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “estabelece parâmetros para as ações de solidariedade de distribuição de cestas básicas, kits de higiene, água, gás, alimentação e sanitização das ruas”; 656/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que atuam no ramo de alimentação, como bares, restaurantes, hotéis e afins, informarem nos cardápios sobre a presença de glúten e lactose em suas refeições”; 710/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Edson José Dutra”; 717/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Senhor Adhemar Pereira Torres”; 549/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de avisos da Lei número 3.548/2019, que “dispõe sobre a concessão do direito a uma folga trabalhista anual para a realização de exames de controle do câncer de mama e do colo de útero”; e 714/2022, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Diogo



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Borges de Araújo Costa”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 1.086, 1.087, 1.088, 1.319, 1.337, 1.318, 1.325, 1.326, 1.320, 1.321, 1.336, 1.341, 1.342, 968, 973, 987, 988, 989, 959, 960, 961, 962, 963, 964, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário